



REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
DA JUSTIÇA ESTADUAL



Relatório Consulta Pública 2026



METAS NACIONAIS para 2027 – Gestão Participativa – Consulta Pública

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), em conjunto com outros 24 tribunais, elaborou a pesquisa destinada à consulta pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário.

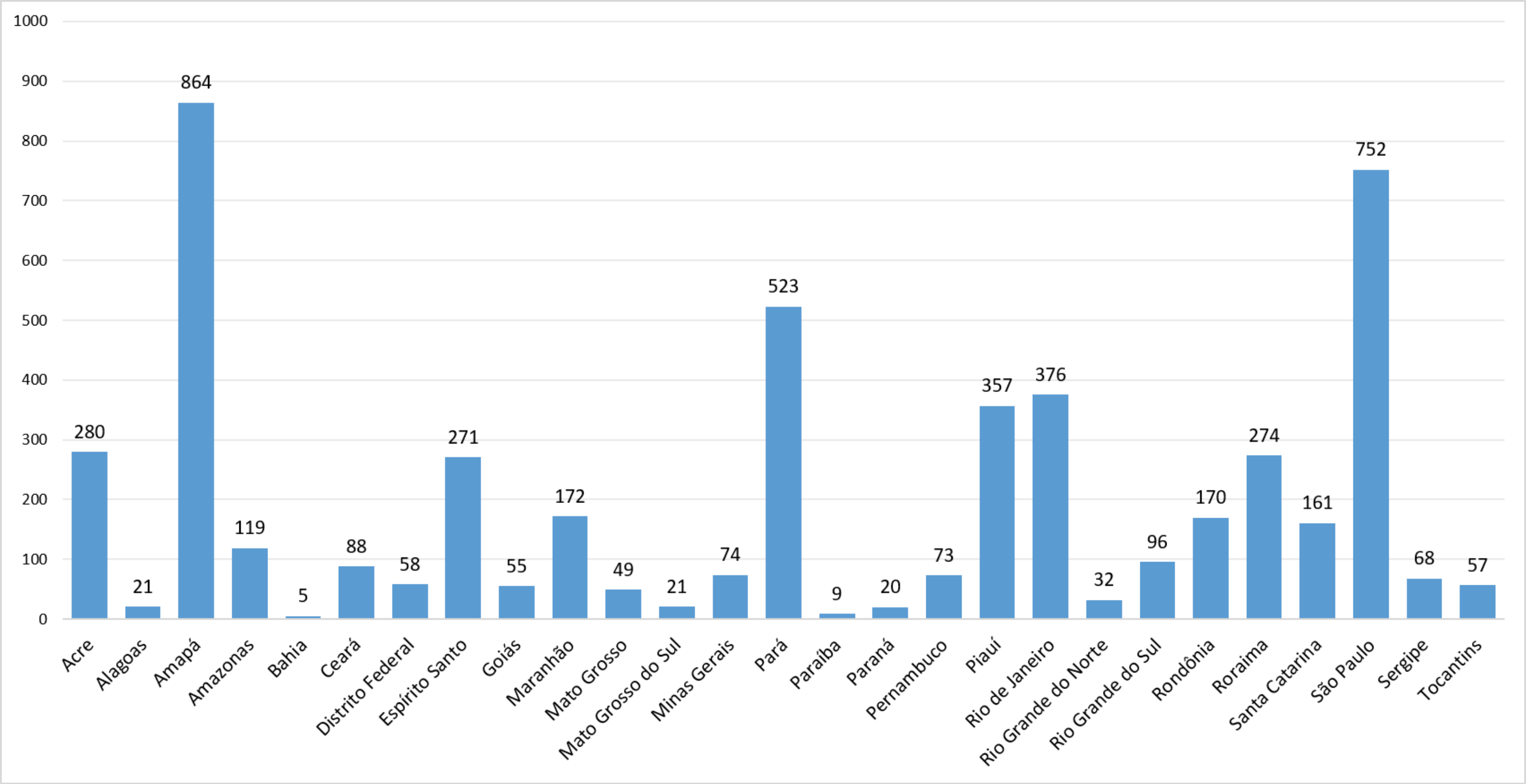
A consulta pública esteve disponível no período de 15 de junho a 6 de julho de 2026, por meio da plataforma Microsoft Forms em ambiente institucional do TJRS e contou com a participação de 5.045 respondentes de todos os estados e do Distrito Federal.

Após o encerramento da consulta, o TJRS disponibilizou aos tribunais participantes a planilha contendo os dados brutos coletados, bem como o presente relatório consolidado, com a sistematização e análise dos resultados obtidos.

Cronograma CNJ

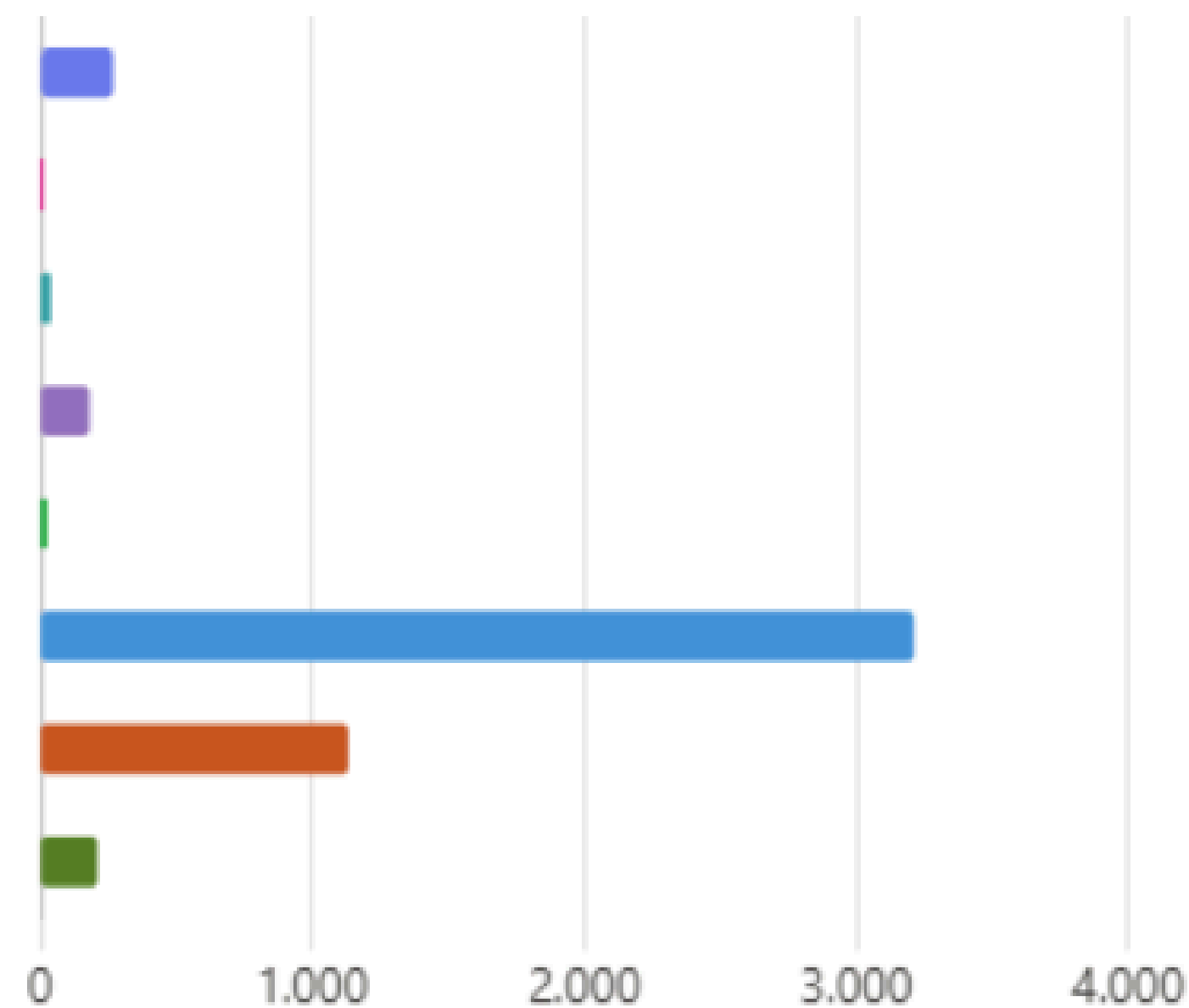


Em qual estado você reside?

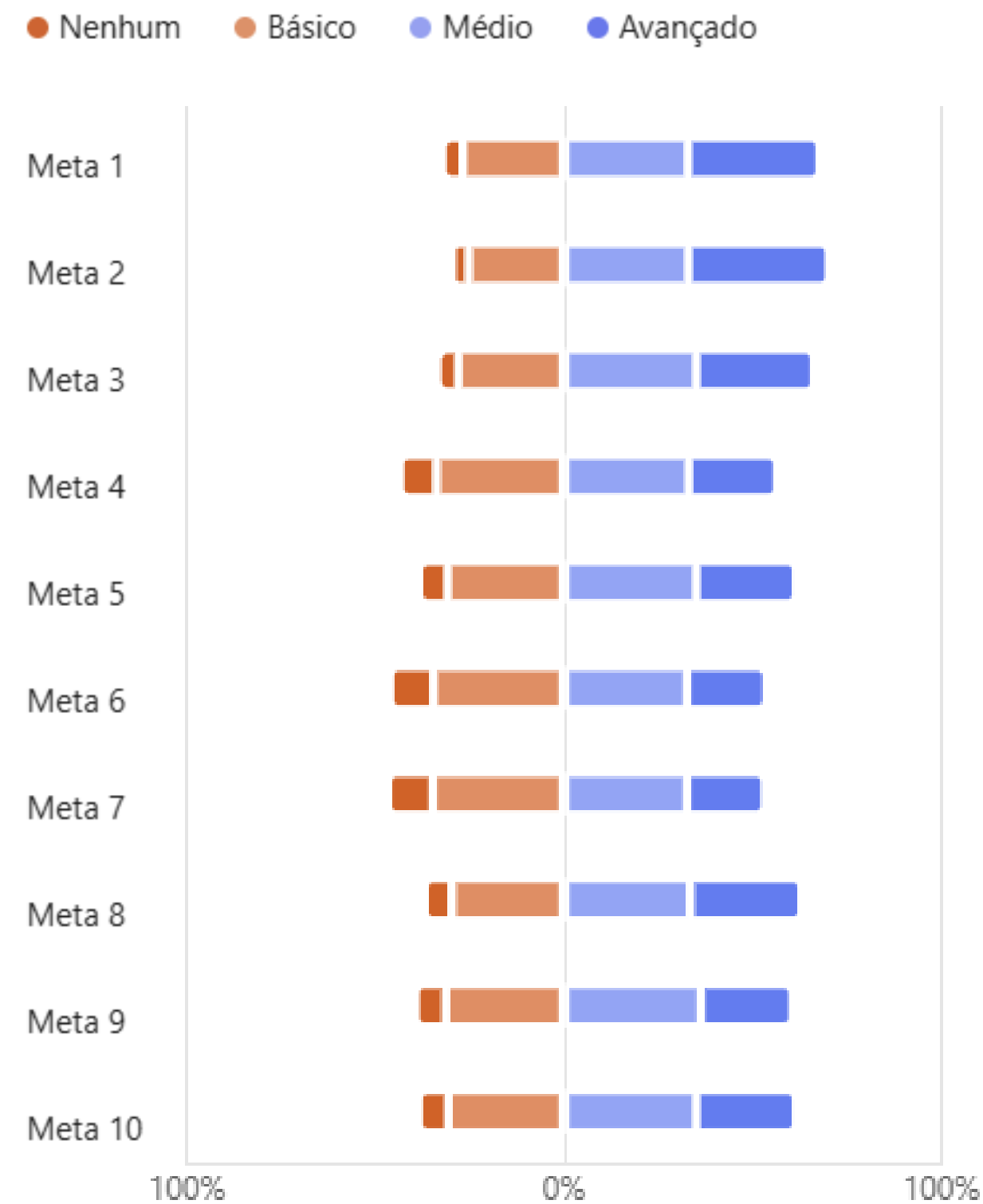


Categoria

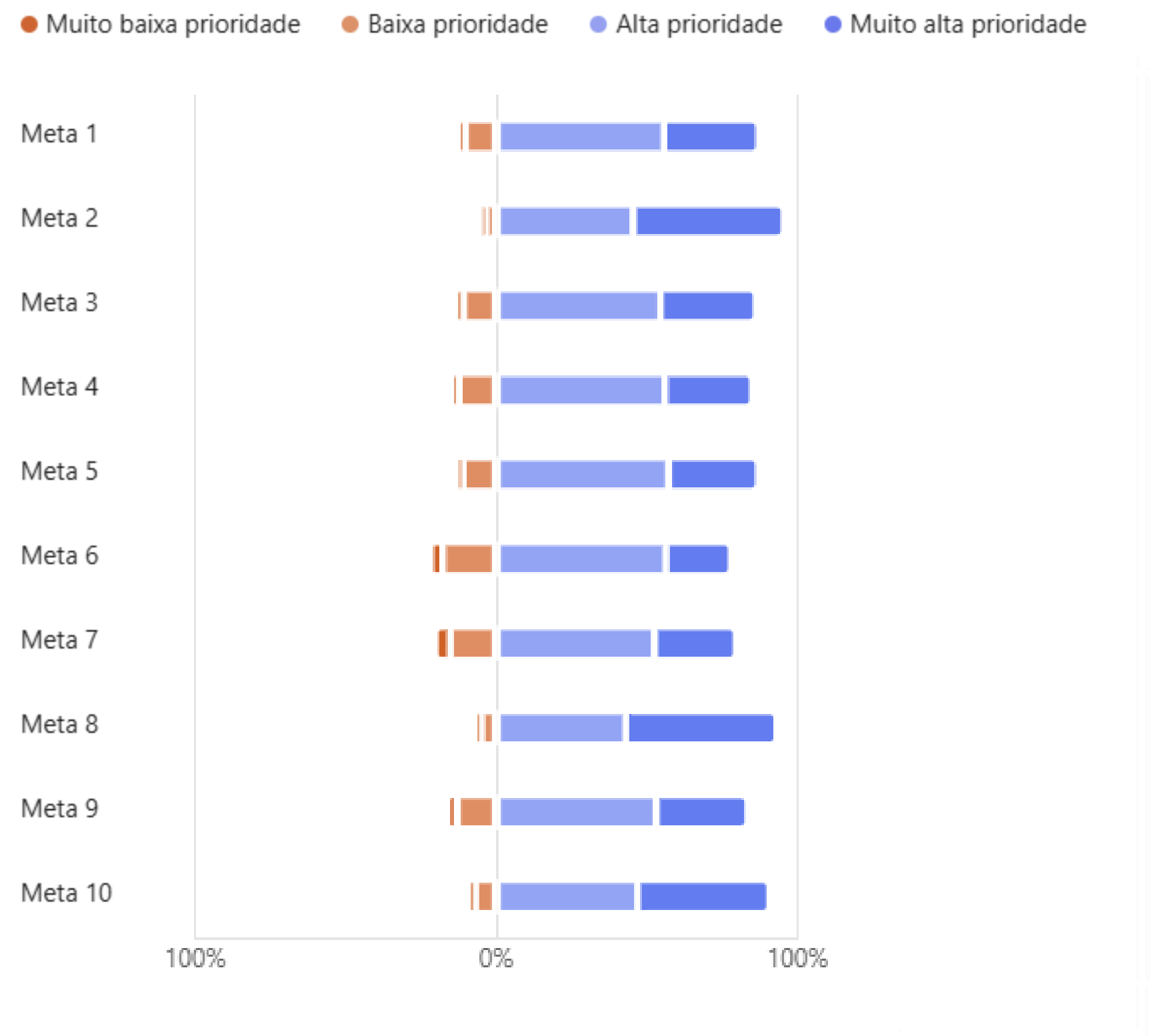
● Advogado(a)	266
● Membro da Defensoria Pública	4
● Membro do Ministério Público	34
● Juiz(a)	177
● Desembargador(a)	22
● Servidor(a) do Poder Judiciário Estadual	3207
● Cidadão(ã)	1128
● Outra	207



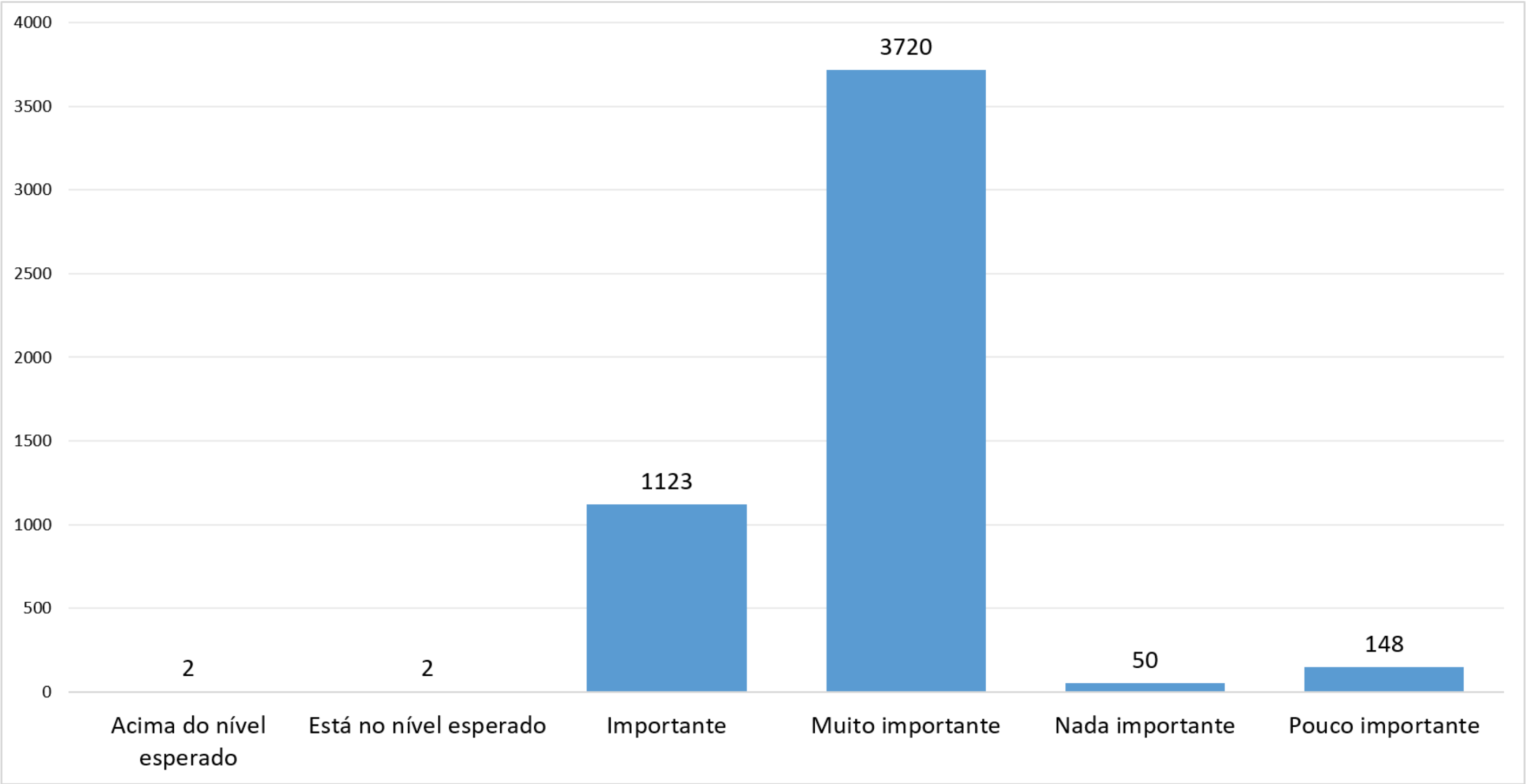
Qual seu nível de conhecimento sobre as metas do Poder Judiciário vigentes?



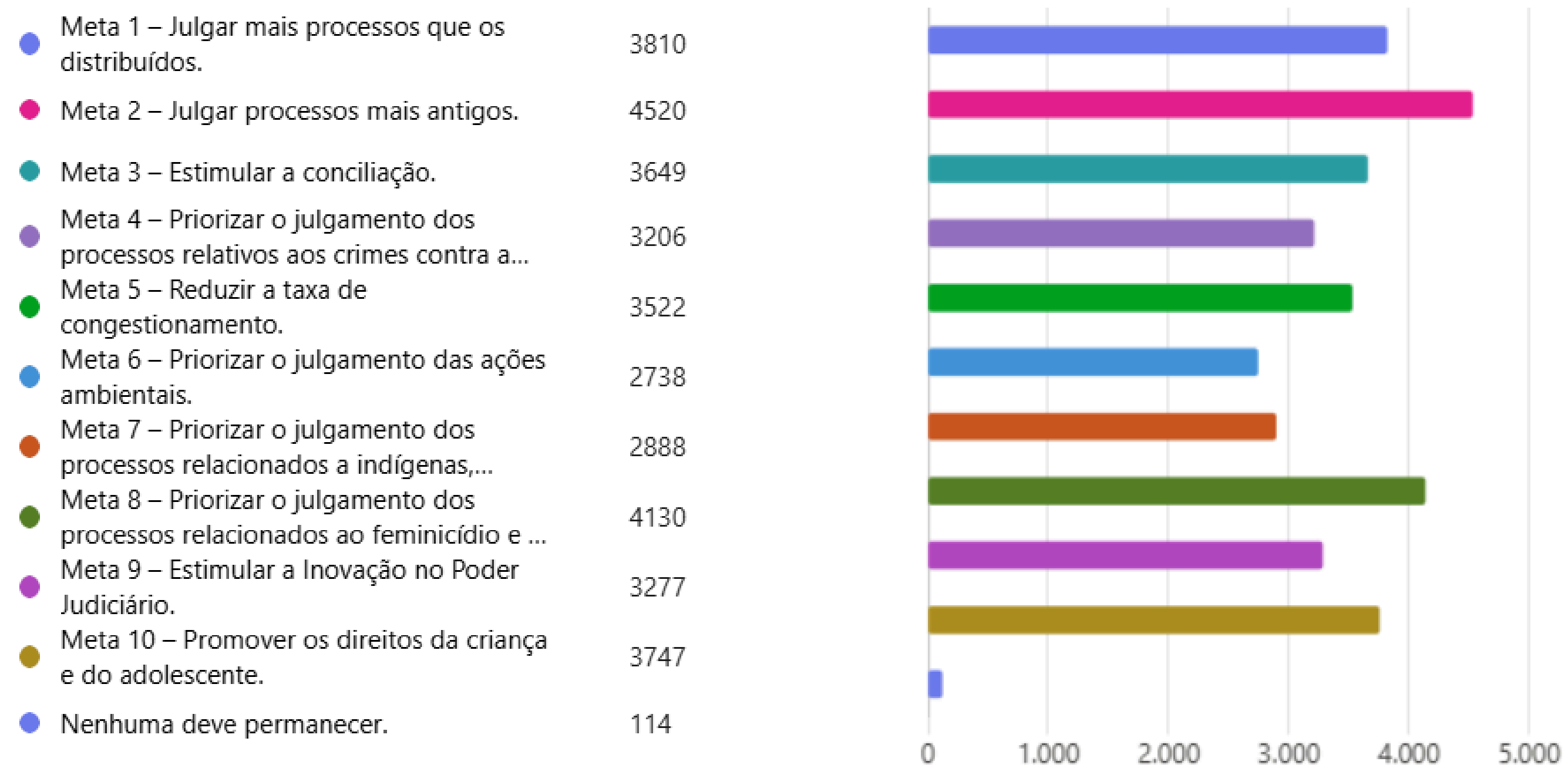
Considerando os desafios atuais do Poder Judiciário, qual grau de prioridade cada Meta Nacional deve receber em 2027?



Em sua opinião, qual a importância das Metas Nacionais do Poder Judiciário na melhoria da prestação de serviços do Poder Judiciário para a sociedade?

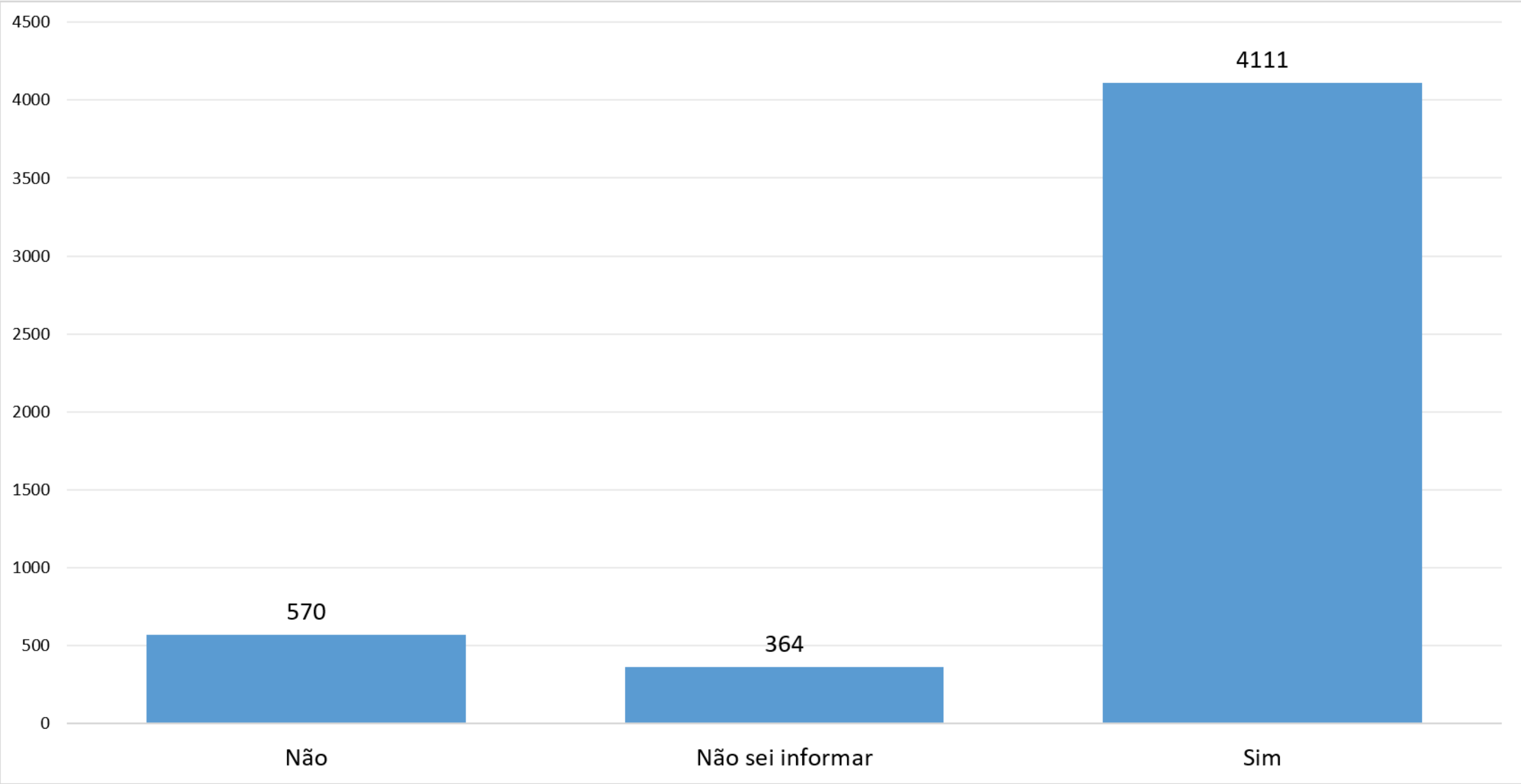


Considerando as Metas Nacionais do Poder Judiciário em vigor em 2026, quais você considera que devem continuar para 2027?



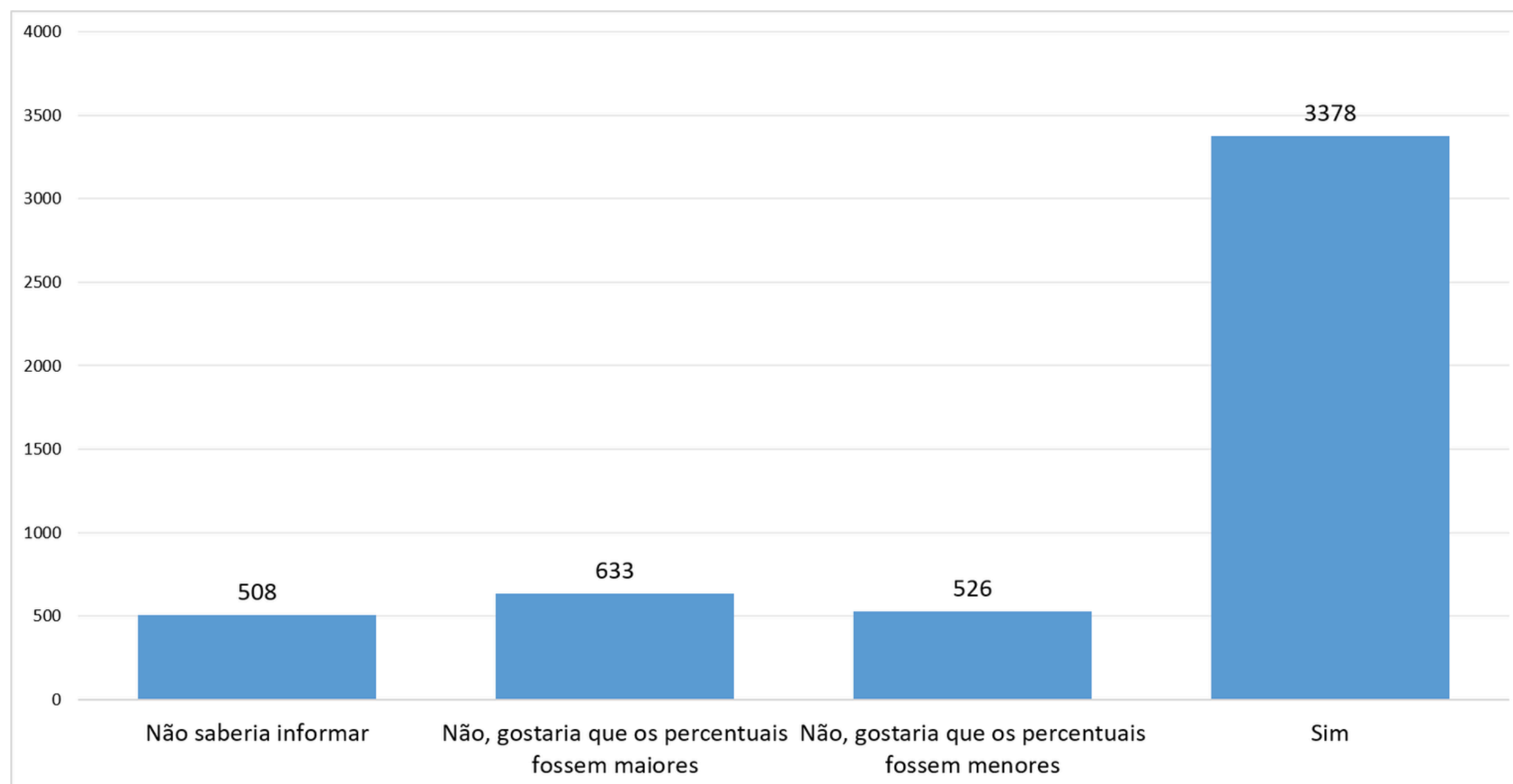
A Meta 1, vinculada ao Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL", nos indica se o volume de processos pendentes está reduzindo, a partir da comparação entre processos julgados e distribuídos. Quanto maior o percentual julgado, maior a redução da fila de processos pendentes.

Você considera que ela tem efeito prático sobre as entregas do Poder Judiciário?

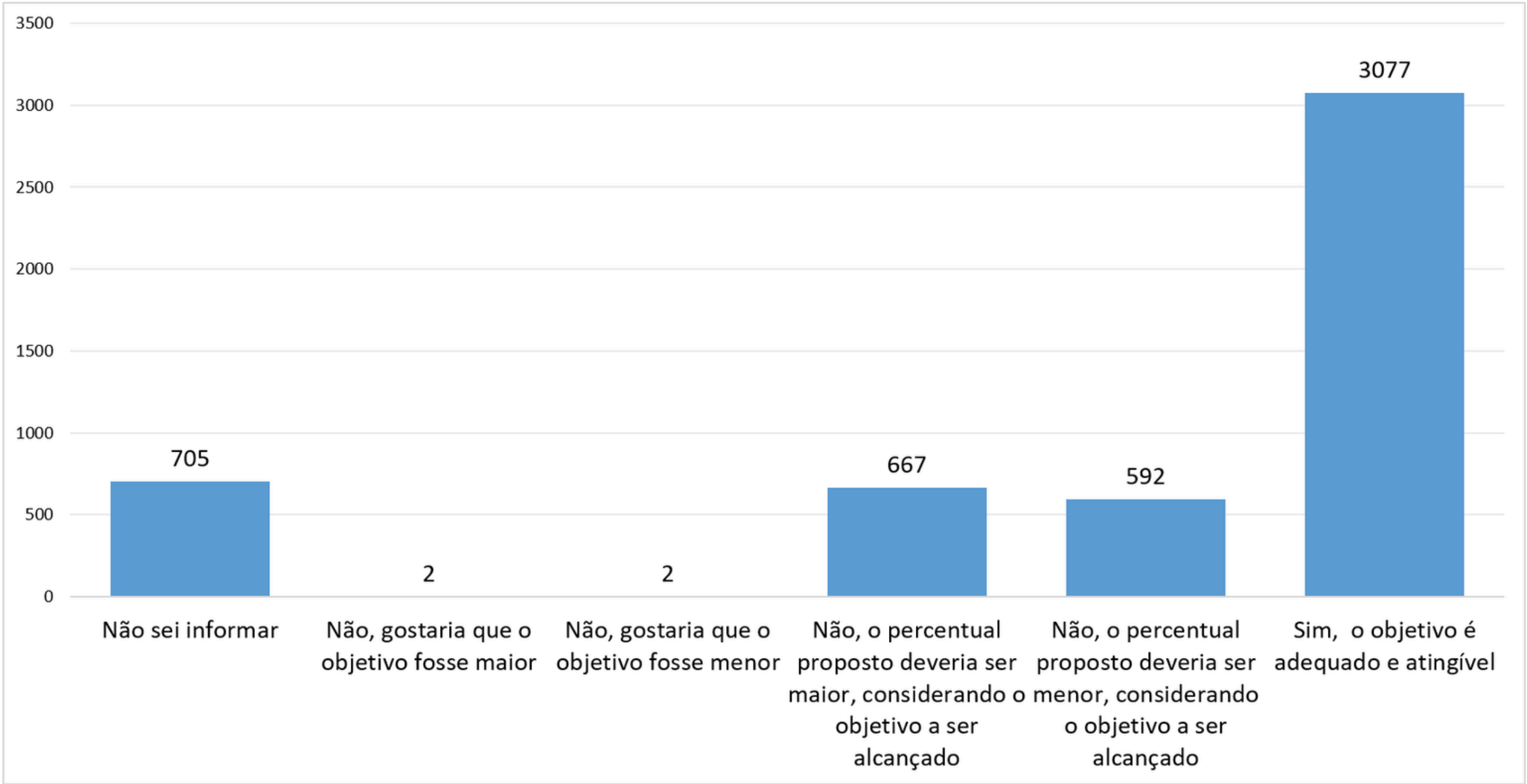


A Meta 2, relacionada ao Macrodesafio do CNJ "Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional", indica se os processos mais antigos estão sendo concluídos dentro do prazo esperado, contribuindo para a redução do acervo pendente.

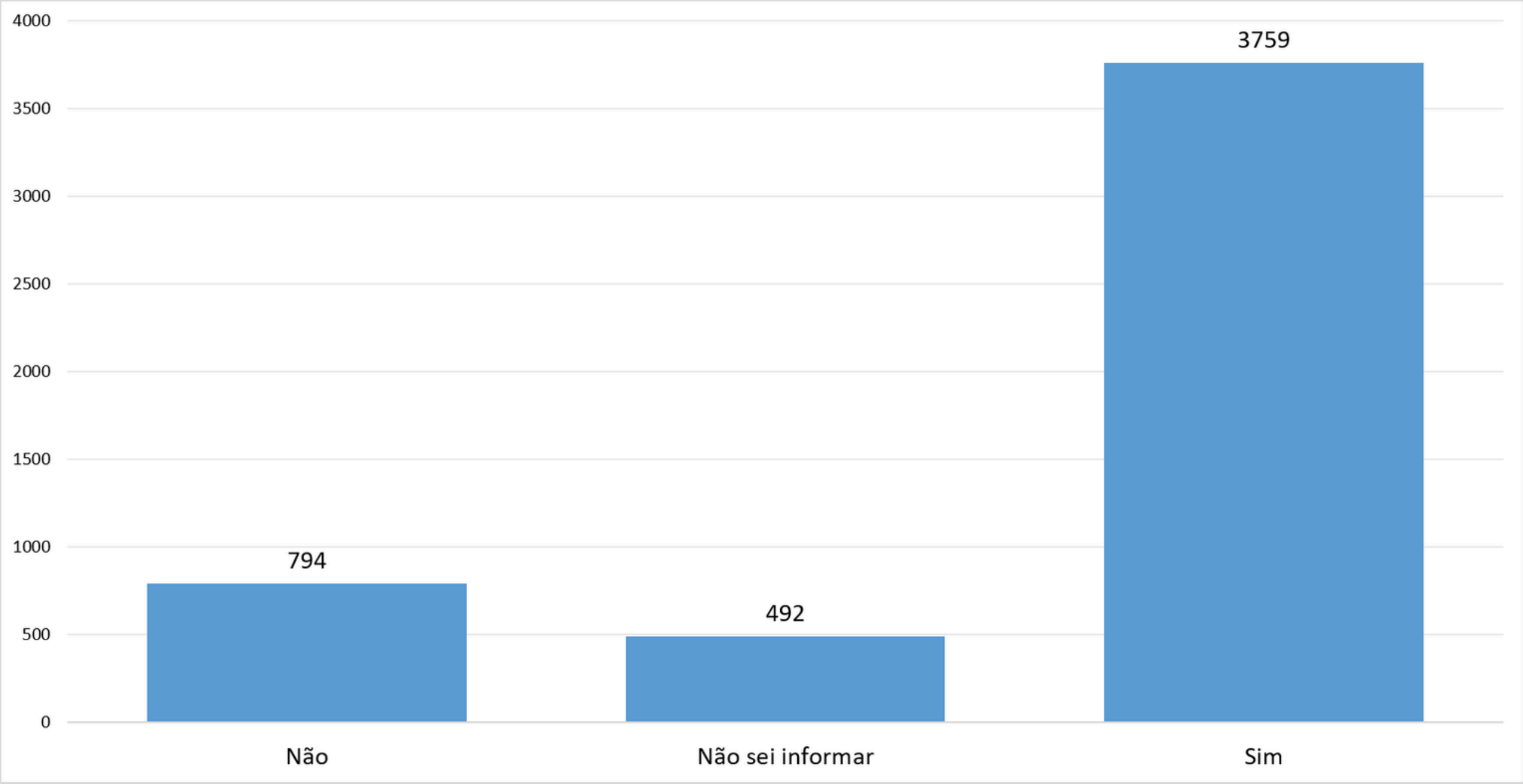
Você considera que estes percentuais atuais estão adequados com o objetivo da meta (considerando também a capacidade de atendimento)?



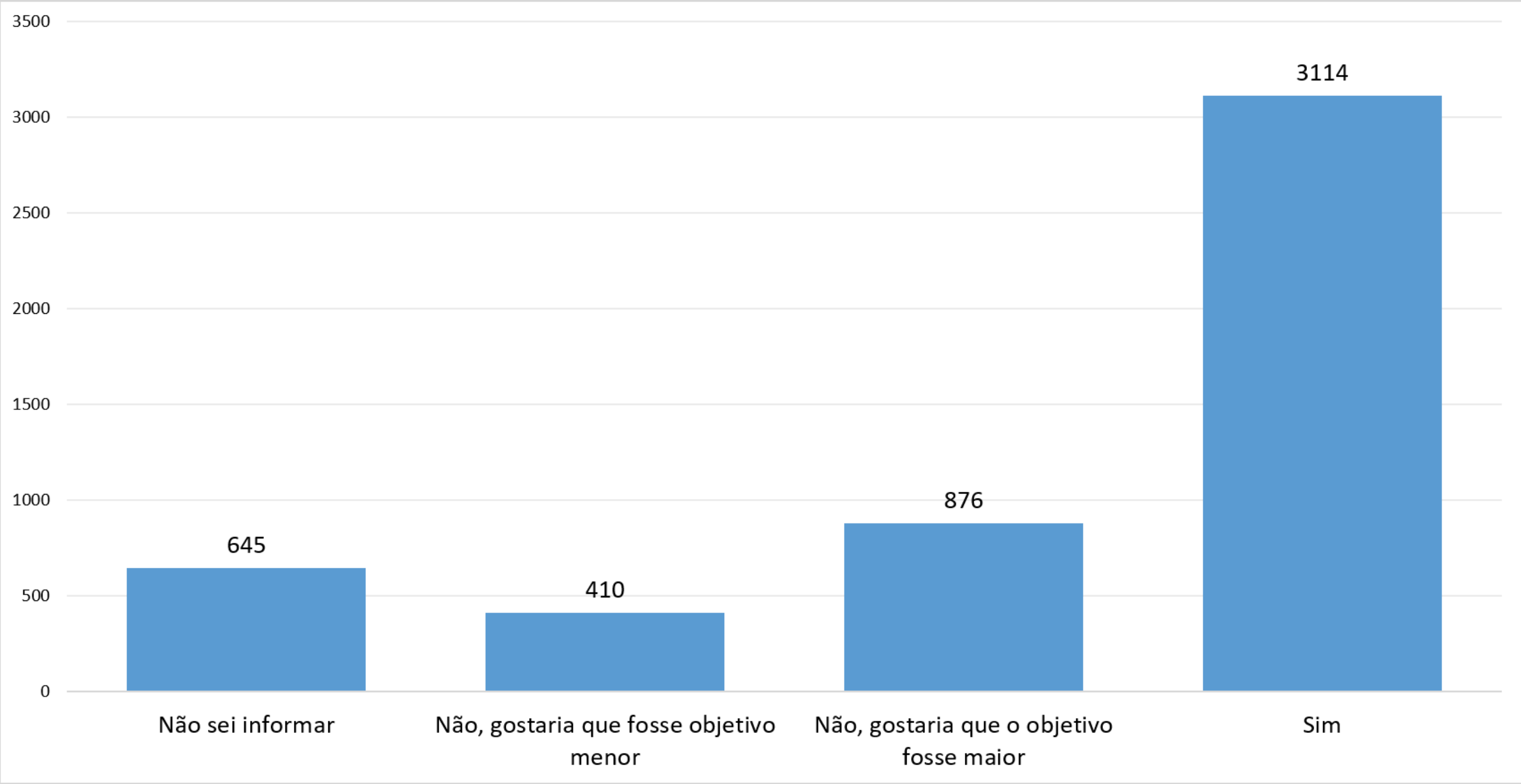
A Meta 3, que se relaciona com o Macrodesafio do CNJ "Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos", busca evitar ou encerrar os processos por meio de conciliação. Na sua avaliação, este objetivo é compatível com a realidade institucional dos tribunais?



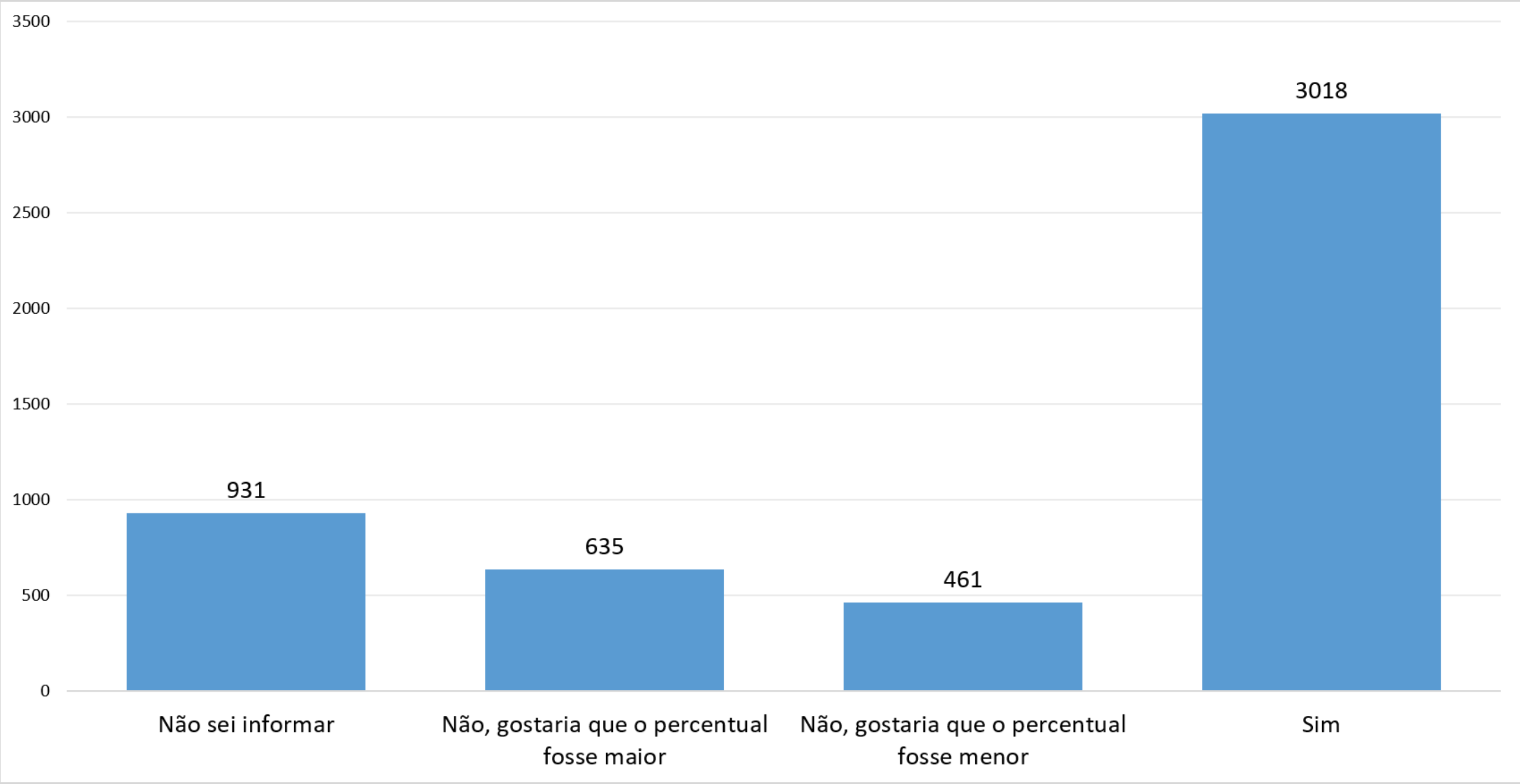
A Meta 4 trata de "Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais". Ou seja, busca fortalecer o combate às práticas ilegais no poder público, por meio de julgamento mais ágil dos processos destes temas. Você acredita que a Meta contribui para reduzir a impunidade?



A Meta 5, vinculada ao Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL”, busca incentivar a redução do tempo de conclusão dos processos. Você considera adequados os percentuais de atingimento?



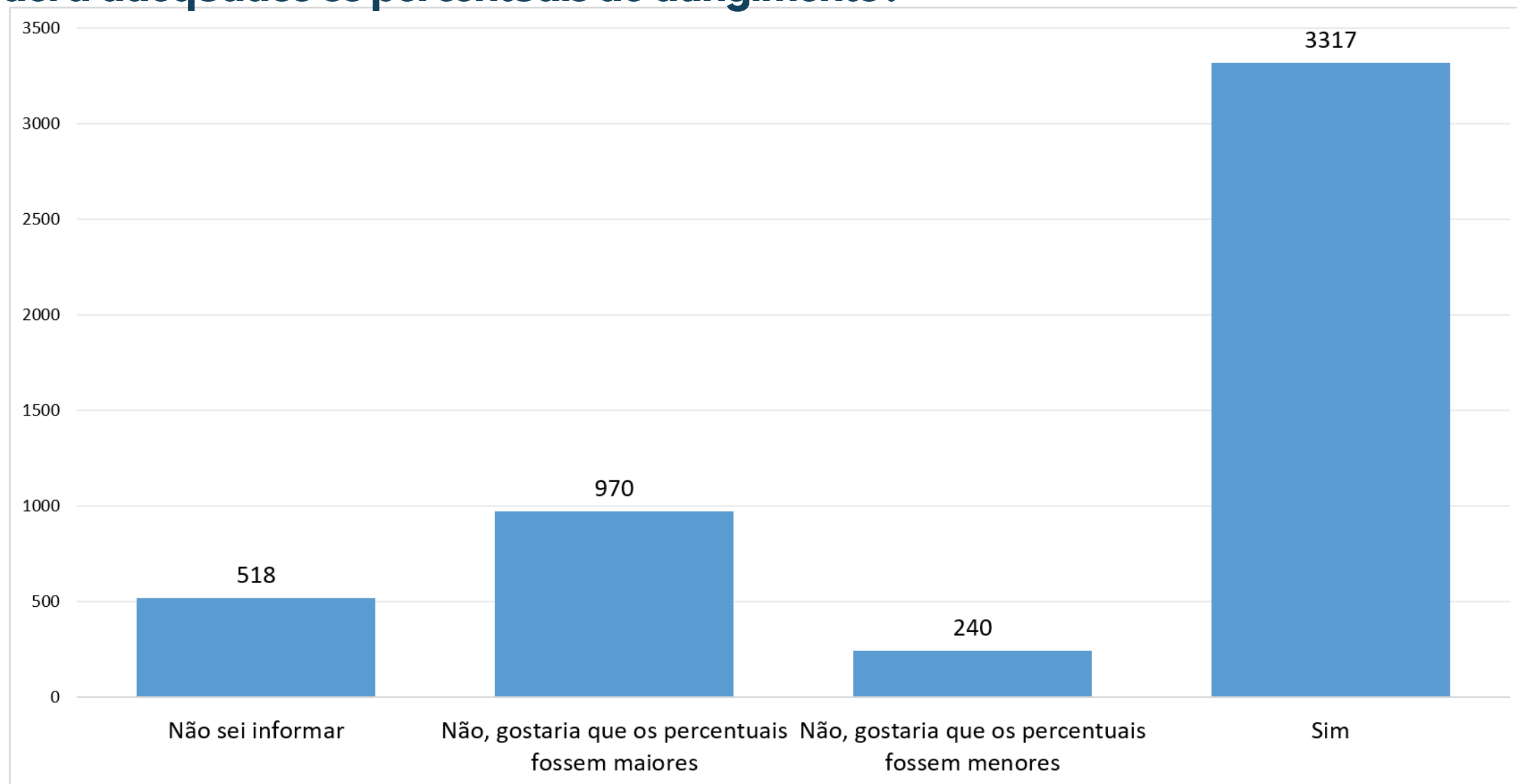
A Meta 7, vinculada ao Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL”, busca incentivar a redução do tempo de conclusão dos processos sobre temática indígena e quilombola.
Você considera adequados os percentuais de atingimento?



15.

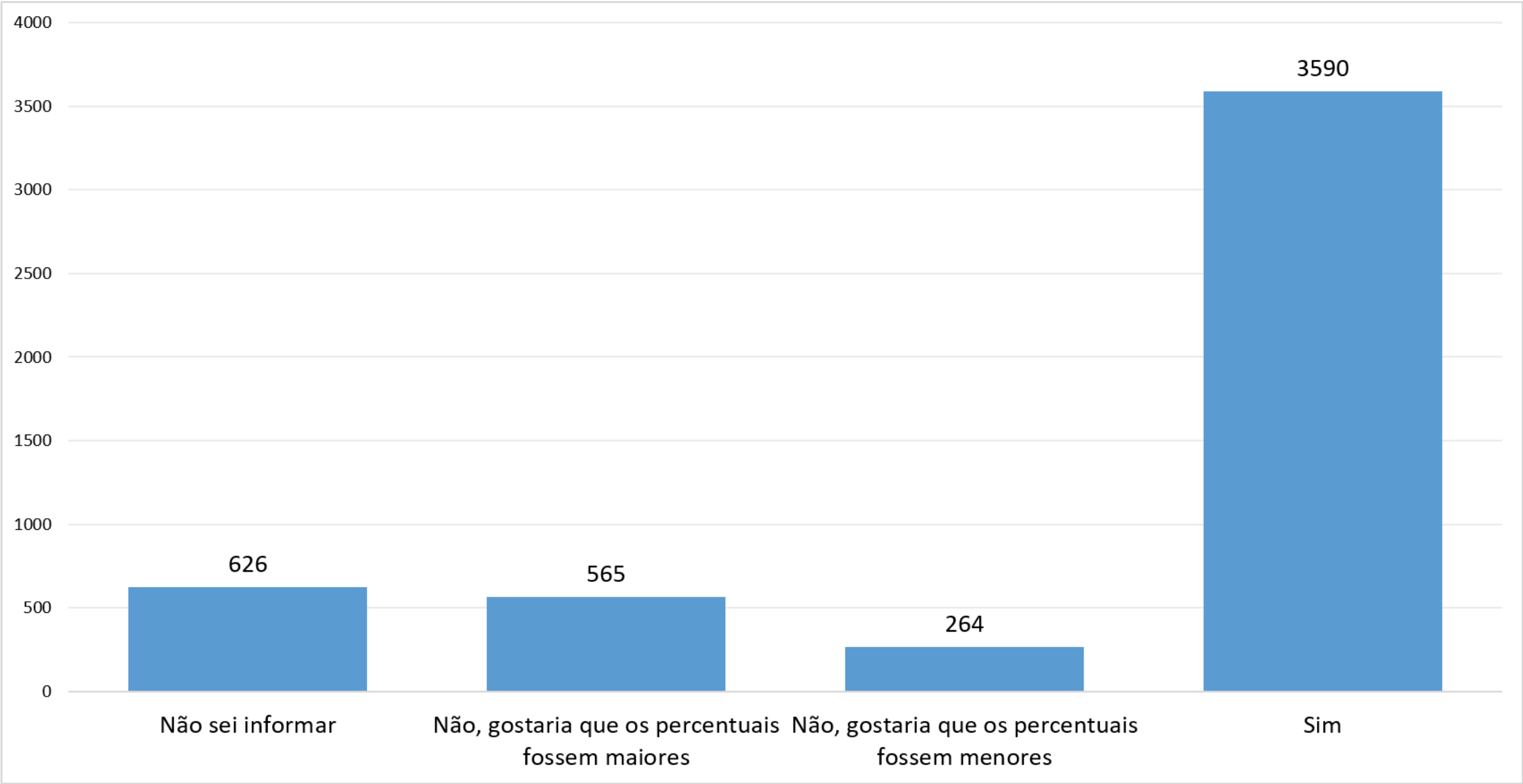
A Meta 8, vinculada ao Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL", busca incentivar a redução do tempo de conclusão dos processos sobre temática da violência contra a mulher.

Você considera adequados os percentuais de atingimento?



A Meta 10, vinculada ao Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL", busca incentivar a redução do tempo de conclusão dos processos sobre temática dos direitos da criança e do adolescente.

Você considera adequados os percentuais de atingimento?





REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
DA JUSTIÇA ESTADUAL



Relatório Consulta Pública 2026

